



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 06 DE JUNHO DE 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) - Boa tarde a todos. Com as presenças dos Srs. Vereadores Antonio Carlos Rodrigues e Francisco Chagas na presidência declaro abertos os trabalhos da 14ª audiência pública que a Comissão realiza no ano de 2011, tendo por objeto a discussão do PL 183/11 de autoria do Executivo que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2012.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-line.

Convidamos para a audiência pública da LDO os Srs: Dráusio Lúcio Barreto, Secretário Municipal de Serviços; Alda Marco Antonio, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Marcos Cintra, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho e Uebe Rezeck, Secretário Municipal de Participação e Parceria.

Para compor a Mesa convido os Srs: Fernando Antônio de Barros Guerra, Secretário Adjunto de Serviços; Milton Roberto Persoli, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Deputado Luiz Antônio de Medeiros Neto, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho e José Luiz Gavinelli, assessor especial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

Todos já conhecem o procedimento. Abriremos inicialmente a palavra aos representantes de Secretaria na ordem em que fiz a leitura e apresentação. Terão tempo para expor os dados de LDO. Feita a apresentação de todos os representantes das Secretarias abriremos a palavra ao plenário.

Quem quiser dirigir a palavra à Mesa, aos representantes, por favor, inscrevam-se até o encerramento da fala do último representante. Cada pessoa terá três minutos de acordo com o regulamento para dirigir a palavra. Depois, abriremos novamente à Mesa, caso algum Sr. Vereador desejar fazer uso da palavra.

Tem a palavra o Sr. Fernando Antônio de Barros Guerra, Secretário Adjunto de Serviços.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO DE BARROS GUERRA – Sr. Presidente, demais membros da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, representando o Secretário Dráusio Barreto que, por motivo de doença familiar não pôde estar aqui presente. Vim representá-lo e os dados técnicos da Secretaria, Dr. Mario Sasaki, diretor financeiro e técnico da Secretaria irá expor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Desculpe, quem irá expor?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO DE BARROS GUERRA – Mario Sasaki.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Por gentileza, venha à Mesa.

O SR. MARIO SASAKI – Boa tarde, nobre Vereador, senhores, senhoras. Mario Sasaki, Secretaria de Serviços, chefe da assessoria econômica e financeira.

O Programa 1270 – Ações de Economia Sustentável, fundo de iluminação pública. As metas, diretrizes orçamentárias 2012.

Prioridades e metas:

Eficientização da rede de iluminação pública. Está previsto no PPA 2012 – 173 mil pontos de luz a serem substituídos.

Eficientização energética em túneis. Estão previstos quatro túneis com iluminação eficientizadas.

Implantação da rede e com cabeamento subterrâneo. Simbolicamente um quilômetro.

Fundip. Operação e manutenção da rede de iluminação pública; manutenção para 545.600 pontos de iluminação pública mantidos na cidade de São Paulo.

Consumo de energia da rede de iluminação pública. Aproximadamente 650 mil kWh.

Ampliação da rede de iluminação pública - 1.500 pontos a serem iluminados.
Iluminação em destaque.

Gestão adequada dos resíduos sólidos – Limpurb. Prioridades e Metas:

- Implantação de duas centrais de triagem de material reciclável;
- Implantação de um centro de capacitação para cooperados de reciclagem de lixo;
- Implantação de 700 postos de coleta voluntários de material reciclável;
- Implantação de 26 ecopontos;
- Implementação de autoridade municipal de limpeza urbana;
- Coleta seletiva;
- Material a ser reciclado: aproximadamente 1.240.000;
- Varrição e lavagem de vias públicas: 2.534.000 ruas a serem varridas;
- Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduo sólido inertes:

1.292.000 toneladas;

- Concessão de serviço divisível de limpeza urbana em regime público. São duas concessionárias: Ecourbis e Loga.

Sr. Presidente, em termos de metas físicas, a prioridade seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Tem a palavra o Sr. Milton Roberto Persoli, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI – Boa tarde, Sr. Presidente, Vereador Francisco Chagas e nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues, aos nossos colegas de Secretaria: Dr. Fernando; Dr. Medeiros, Dr. Gavinelli, senhores e senhoras.

Sr. Presidente, se me permite, vou assumir a chefia de gabinete da Secretaria de Ação Social a exatamente uma semana. Vindo da outra Secretaria - de Coordenação das Subprefeituras - e nosso corpo técnico, nossos técnicos, nossas Coordenadoras - as duas Coordenadoras -, os nossos outros assistentes estão presentes para qualquer eventualidade de dúvidas.

O nosso material preparado e apresentado vai se resumir também em função das metas de 2012. Então, temos nos números a serem oferecidos e é a primeira reunião de que participo, me parece que é dessa forma: as metas são apresentadas; depois, discutidas e a platéia se manifesta com relação às perguntas. Essas perguntas podem ser direcionadas ao nosso corpo técnico, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Olha, a pessoa que aqui estiver em condições de competência para responder.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI – Tá.

P - Se o senhor quiser depois chamar alguém que possa fazê-lo, não há o menor problema.

R - Está bem. Então, se o senhor permitir, se precisarmos, há nosso corpo técnico presente. Caso não tenhamos, nesse momento, condição de resposta, esse material pode ser apresentado posteriormente?

P - Não, o senhor pode expor.

R - Pois não.

P - E, na hora do questionamento, o senhor verifica se o senhor mesmo faz ou se passa para algum assessor que assim o faça.

R - Está bem.

Com base na Agenda 2012, temos a meta 21 que é implantar 20 novos CRAS
Implantar 20 novos CRAS - Centros de Referência da Assistência Social - e modernizar os já existentes.

Hoje temos pactuado 29 modernizados - representa 39% da meta; modernizados, 31 - representa 60% da meta.

O número de CRAS modernizados mais os novos vai totalizar 51. Esse é o número total. Temos 20 novos como meta e 31 para modernização. Somando-se, dá 51.

Desses 20 novos, já temos 39,2% executados e, de modernização, dos 31, 60,8%

executados.

As outras metas dizem respeito às metas 22, 23, 24, 25 e 26: Implantar 20 novos CREAS - Centros de Referência Especializado de Assistência Social - e modernizar os dois já existentes.

Temos 20 novos CREAS já modernizados, 100% da meta concluída.

Temos dois para modernizar, 100% da meta concluída.

Temos os novos mais modernizados, que seriam os 22, 100% da meta já concluída.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Quero registrar a presença do Vereador Tripoli, que é Líder do Governo nesta Casa.

Por favor, convidamos o Vereador para fazer parte da Mesa.

R - Obrigado, Vereador.

Meta número 27: Mais 15% de vagas na rede socioassistencial de Proteção Básica para crianças e adolescentes.

Já temos realizado: 10.125 vagas. A meta foi atingida já em 108%.

Meta 28, 29, 30, 31 e 32: Implantar 15 Centros de Atenção Social à População Idosa e às Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social.

Total a ser atingido: nove centros. Implantamos 15, mais do que o dobro da meta atingido.

Meta 33: Implantar 14 novos Centros de Serviço voltados à higiene pessoal da população em situação de rua.

Total pactuado: 14. Já implantamos 14. 100% da meta já atingida.

Essas são, Sr. Presidente, as metas colocadas para esta Secretaria, em termos da Agenda 22.

Muito obrigado, obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado.

Bem, passo agora a palavra ao Sr. Luiz Antônio de Medeiros, que é o Secretário-

Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, Deputado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO DE MEDEIROS NETO - Obrigado, Vereador Francisco Chagas, na pessoa de quem saúdo todos os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo; cumprimentar também o Vereador Roberto Tripoli, nosso companheiro de lutas, e quero cumprimentar todos nossos colegas da Mesa - não vou citar todo mundo, porque me deram tanta ficha que acabei embaralhado-as -, cumprimentar todos as pessoas que estão no Plenário, jornalistas e pessoas interessadas; cumprimentar também o Vereador Roberto Tripoli, nosso companheiro de lutas, e todos os nossos colegas da Mesa e todas as pessoas interessadas.

Hoje de manhã passei pelo Sindicato dos taxistas e fui à sala do Presidente e ele me perguntou o que é que a Secretaria de Trabalho poderia fazer por eles? Fiquei um pouco sem saber responder. Eu disse que aumentar a tarifa não adiantaria porque já foi aumentada outro dia. Confesso que não sei muito o que poderíamos fazer e falamos um pouco também sobre as Olimpíadas, sobre a Copa do Mundo e descobri que a Secretaria pode fazer muito pelos taxistas de São Paulo.

Com estes eventos virão turistas para São Paulo e o taxista tem de falar inglês, espanhol, no mínimo. Descobri que podemos fazer muito. Nossa Secretaria é pobre e pequena, mas dirigida pelo companheiro Marcos Cintra, que está fazendo um grande trabalho e não pode vir hoje aqui e me deu a honra de vir substituí-lo. Estamos preparando um projeto para qualificar 50 mil pessoas em São Paulo. Nosso grande problema hoje é ter pessoas qualificadas, que possam assumir estas vagas. E, seguramente, estamos preparados para qualificar todos os taxistas de São Paulo que queiram aprender inglês e espanhol. Temos um plano de qualificação de ensino a distância que no próximo mês, o Secretário vai licitar e que poderemos fazer um misto de qualificação a distância e presencial. Não se aprende inglês em um mês. Há um grupo de estudo que elabora planos de qualificação no Ministério do Trabalho que prevê o aprendizado de inglês em um mês, mas não é viável.

Nosso projeto é de seis meses, que dá para fazer a orientação e falar o mínimo. A qualificação está sendo um dos carros chefes da nossa Secretaria e esta licitação já deve sair no próximo mês. Também terminamos de fazer a qualificação de cerca de três mil pessoas do ProJovem que é um plano do Ministério do Trabalho com a Prefeitura de São Paulo e muitos jovens aprenderam profissões que são necessárias e em dois ou três meses você pode aprender os rudimentos da profissão. Um exemplo foi a qualificação de costureiras. Quem quiser montar uma confecção pode ter capital, dinheiro, mas tem de ter mão de obra e não há mão de obra qualificada. Fizemos com um pequeno grupo na zona Leste que funcionou e estão todas elas empregadas.

Estamos também em fase de licitação de quatro mil vagas do Plantec, também parceria com o Ministério do Trabalho. Geralmente, essas vagas do Plantec e uma das exigências é que seja dada na periferia, lá na comunidade, na sede da Associação de Bairro, lá onde as pessoas moram. Às vezes, o trabalhador não tem nem como vir de ônibus, não tem dinheiro para vir de ônibus, não tem como pagar passagem. Então é preciso dar a qualificação onde ele mora, envolvendo a comunidade, daí não vai ter falha e as pessoas vão participar. Muitas vezes, não participam porque o curso é longe. E esse projeto envolve também as organizações populares.

Outro projeto que é muito importante para o Prefeito e muito importante para o nosso Secretário são os zeladores de praça. Esse é um projeto que tem dado certo e vai dar cada vez mais. Este projeto já vem de algum tempo, mas cresceu pouco. O que é o zelador de praça? É aquela pessoa que depois que a Prefeitura limpou a praça ela se encarrega de conservá-la. Ela faz um curso sobre o meio ambiente e de jardinagem e ela conserva a praça e abre relações com a vizinhança. Às vezes, faz um trabalho extra nas casas da vizinhança e se prepara para sair deste programa de zelador de praça. A ideia não é que a pessoa seja a vida inteira zelador de praça, mas ela tem de ter essa qualificação inicial para que automaticamente possa vir a ser um zelador de um prédio, trabalhar nas casas, ganhar a confiança da população

Este projeto tende a crescer muito. O Prefeito pediu para investir neste projeto. E vamos chamar a iniciativa privada para também participar.

Outro projeto são os CATs, que são os Centros de Atendimento ao Trabalhador. O que é o CAT? O CAT busca as vagas e o trabalhador vai lá e procura no CAT onde há vagas. Em vez de você ir de fábrica em fábrica, de comércio em comércio, você vai num lugar centralizado que são os centros de atendimento ao trabalhador. Atualmente, devemos ter cerca de 17 CATs, mas queremos ter um Cate em cada Subprefeitura. A Subprefeitura hoje faz muita prestação de serviços, as pessoas vão lá, se informam sobre hospitais, sobre creches. Lá vai ter também o Centro de Atendimento ao Trabalhador.

Qual é a dificuldade que temos? Além de recursos, a dificuldade é que, às vezes, a Subprefeitura não tem lugar, é pequena para ter no mínimo oito pessoas para fazer o atendimento. Mas, esta meta nós vamos cumprir. Além do emprego, o CAT faz o seguro desemprego, pode fazer cálculo da rescisão do contrato de trabalho, muitas vezes, o trabalhador é enganado. Já teve máfia no Ministério do Trabalho, e alguns foram presos porque enganavam os trabalhadores na hora da rescisão do contrato de trabalho.

Quando ele vai fazer rescisão ele tem de saber quanto é que ele tem a receber, como férias, férias proporcionais, como a hora extra influiu no Fundo de Garantia nas férias, ele tem de ter este cálculo para saber o que ele vai receber para não ser enganado.

Além disso, temos seis vans que vão pelos bairros, pela periferia, prestando serviço também de atendimento ao emprego e todo o serviço que presta o CAT. Temos também uma tenda, que foi outro dia instalada na Praça da Sé e recebemos milhares de visitas e também precisamos crescer. Estamos licitando mais quatro vans, se não me engano, para atender todas as prefeituras. Às vezes, você tem de mandar um CAT lá para Parelheiros, divulga na sociedade de bairro e as pessoas vão para lá.

Apesar de termos uma Secretaria pequena, mas é uma Secretaria que no comando do Marcos Cintra, pode e deve prestar muitos serviços e atendimento aos trabalhadores,

sobretudo, aos mais carentes de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Tem a palavra o Sr. Marco Antônio Chiovetti, Supervisor-Geral de Finanças da Secretaria de Participação e Parceria.

O SR. MARCO ANTÔNIO CHIOVETTI – Boa tarde a todos. Estou representando o Secretário Municipal de Participação e Parceria, Sr. Uebe Rezek, recém-empossado, que por compromissos anteriores não pode se fazer presente.

Faço parte de uma unidade técnica, que por ali passam todos os projetos, todas as ações e atividades da Secretaria Municipal de Participação e Parceria. Em poucas linhas eu vou abordar as principais ações e projetos que estão contemplados na Lei de Diretrizes Orçamentárias que se pretende realizar para exercício de 2012.

O primeiro grande programa que está assentado em legislação municipal é o de inclusão digital: é o nosso maior programa que envolve a manutenção e implantação de telecentros. Hoje, temos em São Paulo em atividade – e é um orgulho que vale a pena registrar, que na gestão anterior este programa foi criado pela antiga Prefeita Marta Suplicy, que entregou ao Prefeito Gilberto Kassab um total de 120 e poucas unidades - a partir da gestão do Prefeito Gilberto Kassab, 368 unidades em funcionamento. A meta deste ano é alcançar em funcionamento em São Paulo 400 unidades de telecentros e, para o exercício de 2012, o objetivo, a meta estipulada pelo Sr. Prefeito, é de 500 unidades em funcionamento.

Pode parecer exagerado, absurdo, mas a procura, a lista de organizações sociais que buscam parceria com a Prefeitura de São Paulo para a implantação de telecentros é muito grande.

Então, estamos lançando para esse ano um novo edital, credenciando organizações sociais já que os telecentros se desdobram em telecentros diretos, aqueles executados em aparelhos próprios do Município, como CEUs e bibliotecas – temos cerca de 80 unidades diretas – e o restante são unidades indiretas, as quais mantêm relacionamento de

parceria com organizações sociais.

É muito importante dar prosseguimento a esse projeto, pois a maioria dos telecentros, por exemplo, está localizada na região Leste de São Paulo e em lugares onde a comunidade mais busca a presença do estado. Nesses telecentros houve mudança na característica de funcionabilidade deles, a partir da gestão do Prefeito Kassab, ou seja, deixaram de ser uma simples *lan house* e passaram a ser uma unidade também de formação, de encontro, utilizados pela comunidade. E, por meio desses telecentros são realizadas muitas capacitações.

Para os senhores terem ideia da importância, o projeto contempla ainda que a própria comunidade possa escolher um curso e passar para a Secretaria a demanda desse curso e, a partir daí, um centro de capacitação elabora esse mesmo curso e oferece para a comunidade através do telecentro. É fundamental, portanto.

A Secretaria considera esse o maior programa, pois agrega aproximadamente 70% de seu orçamento. O que se espera alcançar, para 2012, é a manutenção das atividades dos telecentros em funcionamento e sua ampliação. Não é tarefa fácil, uma vez que muitas organizações sociais possuem como presidente, muitas vezes, a dona de casa ou um representante da comunidade, e a exigência burocrática atrapalha um pouco esse credenciamento. Mas, é admirável o esforço dessas pessoas para manter o telecentro na sua comunidade e esse projeto tem dado resultado, principalmente por que a sociedade abraça essa causa e luta para mantê-lo em funcionamento onde quer que esteja implantado.

O Poder Público, evidentemente, por meio da Secretaria, apóia, estimula e fornece toda a assessoria técnica, enfim, para a manutenção dos mesmos.

Outro projeto a ser implantado este ano, com pretensão de mantê-lo no próximo anos também, é o de moradias assistidas. É um projeto vinculado à coordenadoria de assuntos relacionados às drogas. Trata-se de uma resposta do Poder Público Municipal – logicamente numa pequena parcela, dentro das limitações da Secretaria – ao combate ao uso de drogas,

principalmente na crackolândia.

O projeto surgiu da necessidade de retirada das pessoas dessas áreas complexas pelo uso de drogas – principalmente a crackolândia – e reabilitá-los. O programa envolve várias Secretarias, como a de Saúde e Assistência Social, sendo que a nossa secretaria ficou responsável pela gestão desse projeto.

O atendimento dos usuários de drogas é feito nas Unidades Básicas de Saúde, bem como as internações, e aqueles com dificuldades em aceitarem se vincular ao programa, seguem às casas de recuperação, onde terão assistências psicológica e social. Lá também terá formação para que possa se inserir novamente na sociedade. Então, ele permanecerá em casas, não de repouso, mas, sim, moradias assistidas, acompanhados por profissionais gabaritados da Prefeitura.

Uma parcela desse projeto será dirigido em parceria com a Associação Paulista de Medicina, convênio esse firmado recentemente. Com essa parceria, acreditamos que será dado o suporte para que esse projeto frutifique e renda esforços.

No início estão previstas cinco unidades, mas a meta é chegar a 20. Não está assentado ainda como um programa, pois é uma fase experimental e obviamente há dificuldades iniciais para colocá-lo em prática. Por isso, começamos devagar e, à medida que surtir efeito, será avaliado e vai melhorando no seu alcance.

Não se pretende também despejar recursos públicos em ações megalomaniacas, sem pensar no retorno que se possa ter. A intenção é que o trabalho surta o efeito esperado.

Há ainda outro projeto, desta vez vinculado à Secretaria da Mulher. Refere-se à manutenção de um trabalho de combate à violência contra mulher.

A Prefeitura de São Paulo tem sido elogiada por diversos países por ter desempenhado papel importante na implementação de políticas no combate à violência contra a mulher. A Câmara Municipal tem desempenhado papel importante nesse sentido.

Por meio da coordenadoria da mulher, vinculada à SMPP – Secretaria Municipal de

Participação e Parceria, pretende-se manter os aparelhos existentes, quais sejam os Centros de Cidadania das Mulheres, localizados em diferentes regiões da Cidade.

Como bem colocou o nobre Deputado e Secretário Medeiros é importante ir até o povo. Levar a solução às populações com problemas. E é o que o Centro de Cidadania das Mulheres e outras entidades buscam implementar.

Temos, hoje, oito centros de cidadania em funcionamento, uma casa abrigo – essa casa abrigo mantém seu endereço sigiloso, pois lá se encontram mulheres ameaçadas de morte, encaminhadas para lá com seus filhos -, onde recebe capacitação, apoio psicológico e suporte jurídico, esse apoio existe em razão de convênio com a Defensoria Pública do Estado. Isso tudo tem dado bons resultados.

O Prefeito insiste na manutenção e ampliação desse serviço. A ideia é manter e implementar mais três centros de cidadania para 2012.

Temos também outro programa – já transformado em programa por decreto municipal – o qual tem trazido bastante resultado – que é o programa Escola Estufa Lucy Montoro. Vista implementar uma horta-escola em cada região de Subprefeituras, em parceria com estas. A meta é alcançar 29 hortas-escolas até 2012.

Implantadas, as pessoas podem se cadastrar, participarão dos cursos oferecidos e aprenderão o cultivo de produtos orgânicos. O objetivo é difundir alimentação saudável e geração de renda.

O projeto visa ainda um efeito multiplicador, ou seja, as pessoas que se cadastrarem e participarem dos cursos das hortas-escolas, assumem o compromisso de levar isso à comunidade. Então, implantam-se as hortas, com infraestrutura simples, o custo é relativamente baixo, mas o mais importante é o processo de formação.

Já temos oito em funcionamento, estaremos até o final do exercício de 2011 alcançando 12 unidades funcionando e o objetivo é chegar 29 até o final de 2012. É uma meta que pretendemos alcançar, apesar de sofrermos um pouco, por causa de certas violências e

vandalismos.

Nós implantamos duas hortas-escolas e por problemas relacionados à segurança e ao vandalismo; o pessoal tem entrado e destruído as hortas, como na região de Santo Amaro; estamos pensando em ampliar o sistema de monitoramento em parceria com as Subprefeituras para dar um pouco mais de segurança a esses projetos. Mas tem surtido efeito.

Outro projeto que se pretende continuar e ampliar é o Programa Ofício Social. Esse programa visa o cadastro e o credenciamento de milicineiros. Hoje, estamos com 800 oficineiros cadastrados que, em vínculo com Organizações Sociais, levam para a comunidade cursos, principalmente, voltados para a geração de renda. Por exemplo, aulas de bordado, corte e costura, oficinas de todas as naturezas, além da Prefeitura estimular e fortalecer laços com esses profissionais que atuam de maneira autônoma, também tem o efeito de levar para a comunidade aquilo que ela precisa. Se uma comunidade pleiteia da Prefeitura de São Paulo um curso de bordado, é um exemplo, a Organização Social cadastrada reclama da Secretaria a liberação de um oficineiro que tenha essa formação. Ele é contratado pela Prefeitura e levará esse curso para aquela comunidade e para aquele local.

É isso. Temos vários outros projetos ligados à homofobia, ao negro. Temos um trabalho muito bonito ligado à população negra de ações afirmativas em que se visa implantar centros de direitos humanos e ligados de combate ao racismo. Isso vem sendo feito por força de leis municipais. Estamos implementando várias atividades, políticas e conferências e, no próximo mês, se realizará uma grande conferência envolvendo mulheres negras da América Latina. A Prefeitura de São Paulo está sediando o evento, que está sendo organizado pela Coordenadoria de Assuntos da População Negra. E para o ano seguinte, a intenção é ampliar esse trabalho.

Nós contemos oito coordenadorias e todas elas desenvolvem ações e projetos, políticas públicas para serem implementadas para a comunidade. Temos a Coordenadoria da Juventude, do Negro e da Mulher. Recentemente, criou-se o Conselho Indígena vinculado à

Coordenadoria do Negro, que ainda não se implementou efetivamente, mas está engatinhando. A intenção é, talvez, criar uma coordenadoria vinculada aos assuntos da população indígena também, já que a cidade de São Paulo tem reservas indígenas e nos assusta muito o nível de pobreza dessas populações. A intenção da coordenadoria é começar atuar no sentido de desenvolver ações para essa população.

Agradeço. Fico à disposição, para responder a alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Qualquer pessoa presente que queira dirigir a palavra a qualquer um dos representantes de qualquer Secretaria, faça a inscrição por escrito que daremos um tempo para cada um.

Com a palavra o Sr. Juan Plassaras, do FAS-SP, Fórum de Assistência Social.

O SR. JUAN PLASSARAS – Boa tarde a todos e ao Presidente da Comissão, nobre Vereador Francisco Chagas.

Quero me referir ao estado da política pública da Assistência Social no Município de São Paulo. Temos uma conjuntura muito interessante e histórica no Senado onde será tratado o Sistema Único de Assistência Social, que está em andamento e implantação neste Município. Isso quer dizer que a política pública da Assistência Social para a população vulnerável vai ser unificada. Mas no Município de São Paulo temos um conflito muito interessante entre as entidades conveniadas e a Secretaria.

Temos mais de 300 ONGs, 1.098 convênios e 17 mil trabalhadores que não recebem reajustes tanto de salários como de convênios. Por exemplo, o último reajuste de salário foi feito com um lapso de tempo de quatro anos. Tivemos uma reunião na Comissão do Idoso e da Assistência Social tratando do reajuste dos convênios, que é muito crítico e está tornando precários os serviços. A Secretaria está dando muita ênfase na infraestrutura do CRAS e do CREAS e deixando de lado os reajustes, a qualidade dos serviços.

Agora, temos em andamento uma readequação do Programa Ação Família. Por lei, na Constituição Federal, a área de Assistência Social é feita em parceria com os profissionais

da área. Essa readequação do Ação Família foi feita de costas aos profissionais. Nós temos um Conselho Municipal de Assistência Social que aprovou uma coisa e a Secretaria está readequando de outra forma. Nós temos tipificações nacionais.

Temos um grande impedimento ao acesso de dados da Execução Orçamentária da Secretaria. É uma Secretaria que não presta contas dos Fundos Municipais, Estaduais e Federais. Por exemplo, nós não sabemos nada do Bolsa Família, como está implementado. Nós sabemos que foi contratada uma empresa privada, mas não sabemos mais nada.

Então, tenho uma pergunta à representante da SMADS. Nessas metas estão contemplados os reajustes dos convênios? Estou solicitando a esta Comissão para efetuar uma audiência pública para verificação da Execução Orçamentária da Secretaria, porque nunca se fez. Nós queremos saber como se articulam os Fundos Municipais, Estaduais e Federais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado Sr. Juan. Passo a palavra ao Sr. Renato Loreno.

O SR. RENATO LORENO – Boa tarde a todos. Obrigado pela atenção. O senhor falou dos indígenas e de outras etnias, sobre a portaria de deficiências especiais, mas não vejo ninguém falar de maneira positiva sobre o egresso. Sou egresso do sistema. Resgatei 27 anos, há oito meses, não obstante da minha luta, não consigo me reinserir no mercado de trabalho.

Vejo muito canto de sereia, mas não vejo nada na prática para eu poder propagar, inclusive. Realmente funciona. Eu tenho andado muito e não tenho tido oportunidade de me reinserir no mercado de trabalho.

Portanto, gostaria que o senhor pudesse discorrer a respeito de algum plano correto e concreto que tenha dado resultado, que vá dar resultado, para poder tentar me inscrever. Porque todos os que eu fui, já têm oito meses, não tenho condições. Muitos outros egressos saíram com o firme propósito de se reinserirem na sociedade - tal fênix renascer das

cinzas - e não temos condições.

Sou um combatente! Fiquei 27 anos preso e estou quase morrendo. Talvez, estivesse melhor lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Muito obrigado, Sr. Renato.

Não havendo mais inscritos, dirigirei alguns questionamentos aos senhores representantes das Secretarias.

Começarei pelos representantes das Secretarias de Serviços. Em 2007, Sr. Fernando Antonio de Barros, o contrato de concessão de serviço de coleta de resíduos foi alterado e os investimentos adiados. Todos se lembram desse debate na Câmara, e foi instalada uma CPI, concluindo-se que o contrato era correto e, depois do processo de CPI, foi também feito um estudo. A Secretaria contratou um estudo junto à Fipe e com base nesse estudo e por problemas de recursos financeiros, os investimentos foram adiados. Aliás, chamavam de um nome bonito: “deslizou os investimentos”.

Hoje, me parece, que o problema não é financeiro. Sendo assim, gostaria de perguntar ao senhor, e aos senhores que representam a Secretaria de Serviços, se serão revistos esses adiamentos nos investimentos nos serviços.

A segunda questão que dirijo à Secretaria de Serviços é sobre a implantação da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana. Sr. Secretário, quais seriam as dificuldades da implantação da Autoridade de Limpeza Urbana? É um órgão importante que foi criado e está na legislação.

A outra questão diz respeito ao Plano Diretor sobre os resíduos sólidos. Recentemente, foi anunciada a contratação de consultoria, para ajudar a Secretaria de Desenvolvimento e Fiscalização, de um novo modelo de gestão de resíduos na Cidade. O Plano Diretor de Resíduos Sólidos não seria atribuição da Limpurb, de a autoridade municipal realizar esse trabalho, essa contratação? Gostaria que o senhor, também, nos informasse qual

o andamento da contratação, em que estágio está.

Outra questão é sobre Fundo de Limpeza Urbana. Hoje qual o saldo existente no Fundo? Por qual razão não há a efetiva implantação do Fundo? Segundo consta, desde 2007 há um saldo, em conta corrente, equivalente a 51.935.719,37 reais. Por que esse Fundo não evoluiu ao longo desse período?

Sobre a iluminação pública. A Eletropaulo tem seguido a orientação da Secretaria no que se refere à implantação de novos pontos de iluminação pública na Cidade. Todos sabemos que esse é um problema para além de, simplesmente, bem-estar. É questão de segurança urbana. Já que a meta de 2011 é para a implantação de 4.000 pontos e para 2012 é de 10.000 pontos, como será realizada essa meta? Porque em todos os lugares que passamos, nesta cidade, há críticas, reclamações – e não só dos munícipes, mas das subprefeituras também.

Atualmente, tramita, na Casa, o PL 144/11, que visa, entre outras medidas, corrigir o valor da Taxa de Resíduos Sólidos de Saúde, em 66%. Qual o custo desse serviço para a Prefeitura hoje?

Tem outro assunto que, também, gostaria que o senhor tratasse aqui e que é a greve do serviço funerário. Segundo informações, esse serviço está para entrar em greve. E é um setor essencial. Ninguém pode ficar sem ser sepultado. Como está essa situação? Haverá greve? Foi resolvido? E quais cemitérios serão reformados em 2012 e qual a meta de LDO? Aliás, a meta de LDO é 7. Quais serão realizados ainda agora?

Pela oportunidade, sabemos que um dos grandes problemas da Cidade de São Paulo - além do problema ambiental que diz respeito à emissão de gases de efeito estufa pelos veículos - é o problema da gestão de resíduo. Não temos uma coleta seletiva adequada; não temos centros de triagem adequados; 60% de nosso lixo é lixo úmido; não temos centros de compostagem adequados. Então, também gostaria de saber do senhor, como seria tratado isso e, aproveitando, quero saber a respeito do problema das cooperativas. Qual será o

investimento real para que tenhamos as cooperativas organizadas? Havia antes, um problema relacionado aos espaços físicos. E o Secretário de Planejamento nos informou que a identificação das áreas não é mais problema na Cidade de São Paulo, porque todas as áreas já haviam sido identificadas. Hoje, se não estiver enganado, dispomos de cerca de 20, 21 cooperativas funcionando na Cidade, e o ideal é que tenhamos uma em cada distrito. Portanto, temos de ter 96 cooperativas. Qual o plano para enfrentar esse problema da viabilização das cooperativas? Aliás, a Lei 12.305/10, prevê um foco muito objetivo no catador. Claro que não de qualquer maneira. Mas o catador organizado, treinado. Todo Município terá 4 anos – agora, três anos e meio – para se adequar. Portanto, gostaria que o senhor falasse sobre isso.

Agora falarei para o nosso Secretário, Deputado Medeiros. Na LDO de 2012 consta a meta de atendimento de apenas 239 pessoas. Considerando a relevância do programa, por quais razões a Secretaria não amplia as metas do Programa Começar de Novo?

O Programa Bolsa Trabalho, da mesma forma, tem meta de apenas 1.300 pessoas beneficiadas. Não há previsão de aumento dessa meta?

O projeto de Incentivos para a Zona Leste, quais são as principais ações de desenvolvimento da zona Leste previstas para o próximo ano? Sei que ocorreu uma audiência pública, nesta Casa, semana passada. Abordei o Sr. Secretário de Desenvolvimento Urbano e considero que o Plano de Desenvolvimento da zona Leste é estratégico para a Cidade. Isso porque a zona Leste possui mais de um terço da população – torno de 4 milhões e seiscentas, segundo informações da própria Secretaria – e temos em torno de 8% dos empregos. Ou seja, só o deslocamento dessas pessoas... E a região Leste é o centro da região metropolitana, hoje, cortada, inclusive, pela Jacu-Pêssego, que tem um potencial muito grande com algumas iniciativas.

Agora, há muitas reclamações das empresas, dos empresários, das pessoas que gostariam de fazer investimentos e há falta de estímulos, de condições objetivas de instalação e, principalmente do preço do imóvel.

Sou procurado muitas vezes por empresários que querem sair de uma área porque não é mais possível operar na região, zona Sul, zona Oeste e quer ter outro espaço.

Gostaria de saber quais seriam as medidas concretas para viabilizarmos o Plano de Desenvolvimento da zona Leste porque acho que vai diminuir a poluição, o trânsito, gasto de vida, o custo de operação tanto da empresa quanto do cidadão e aproximará as pessoas do local de trabalho.

Em relação ao desenvolvimento econômico, há a PPP de saúde. A Companhia São Paulo de parceira presta serviço com vista à implantação da PPP nos hospitais, parece-me que agora ficará por responsabilidade da Secretaria. Gostaria que o senhor pudesse detalhar melhor isso para nós.

Na mesma linha, os Cepacs relacionados ao lançamento de títulos Cepacs que a Secretaria assumiu também. Foi publicado em Diário Oficial. Desde quando? Poderia enviar cópia desse processo para Câmara para que esta comissão para que pudéssemos ter conhecimento.

Para os senhores da Participação e Parceria, queria saber se a Prefeitura já assumiu todos os telecentros do Estado. A meta de 2012 é a criação e a reforma de 50 telecentros. Quantos serão criados? Quantos serão reformados? O senhor me deu números, mas por onde ando as pessoas reclamam muito de um certo abandono dos telecentros. É um instrumento muito importante, principalmente nas regiões mais periféricas da Cidade, que às vezes, as pessoas não dispõem desse equipamento, desse serviço.

Então, gostaria que o senhor nos desse mais detalhes sobre essa questão.

Em relação à doação do imposto de renda. Os recursos recebidos pelo Fundo Municipal da Criança oriundos da doação de imposto de renda são suficientes para a cobertura das atividades da área? Se não são, quais as medidas que a Secretaria pretende adotar para ampliação de sua arrecadação?

São essas as questões.

Tem a palavra o Sr. Marcos.

O SR. MARCOS ANTÔNIO CHIOVETTI – Respondendo a pergunta do Sr. Renato, queria lembra que a Secretaria de Participação e Parceria não é uma Secretaria assistencial, para isso temos a Secretaria de Assistência Social.

Mas a situação que o senhor nos relata é muito preocupante, de fato, é um problema que todo o País discute: como reinserir socialmente pessoas que saem da prisão, cumprem pena em presídios ou em outros institutos carcerários, como fazer para que venha se reinserir na sociedade, viva com dignidade e atue. Essa é uma discussão que ainda não chegou aos ambientes dessa secretaria que é muito nova. A Secretaria só tem dois anos e ela se formou a partir de algumas coordenadorias já existentes.

As coordenadorias existiam antes da Secretaria. E o Prefeito Kassab definiu de reagrupá-las para que o trabalho seja mais significativo e não haja uma pulverização de recurso sem uma finalidade, de modo que estamos engatinhando.

Em todas as ações da Secretaria, ela tem se pautado no desenvolvimento, na criação de políticas para as populações mais vulneráveis. Por exemplo, população GLBTT: desenvolve-se um trabalho contra a homofobia de difundir perante a cidade de São Paulo ações, atividades de combate à homofobia.

Mas, ao mesmo tempo, desenvolve ações para estimular as pessoas, principalmente as mais pobres; como os homossexuais, por exemplo, que são expulsos pelas famílias, vêm de regiões distantes e, ao chegarem aqui na Cidade, não têm nenhum aparato, então a Secretaria de Participação e Parceria se apresenta como um canal de comunicação, entre outras Secretarias.

Temos um programa, em parceria com a Secretaria do Trabalho, de bolsas, trabalhos, que financia assim a formação de homossexuais, gerenciado pela Secretaria do Trabalho e com o apoio da SMPP, para que eles possam melhorar sua condição, sair das ruas e da marginalidade.

Desenvolvemos trabalhos, por exemplo, com a população negra de se discutir os problemas dessa população, enfrentar o preconceito e estimular, a partir das ações que a Secretaria desenvolve, organizando essa população, trazendo ao debate em conferências, seminários, a fim de que consigam ter mais espaço perante a sociedade como um todo.

Mas confesso que não existe especificamente um trabalho assistencial. E não posso falar pela Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, porque talvez haja, mas a nossa Secretaria não tem essa finalidade especificamente assistencial.

E um projeto, um programa aliás, que se encaixa bem com a realidade do senhor e que todos os anos a Secretaria estimula é o ofício social. Muitos profissionais liberais, artesãos, enfrentam problemas muitas vezes de se colocar no mercado; e esse programa planeja uma oficina interessante para a sociedade, desde aulas de formação. Por exemplo, o senhor tem o perfil de um oficineiro, que pode ajudar a difundir na Cidade a ideia de que esse problema que o senhor enfrenta precisa ser solucionado. Como? Indo às escolas, dando palestras, conversando com a sociedade, explicando.

E como funciona esse programa? Todos os anos, é publicado um edital convocando organizações sociais que queiram se vincular ao programa a se credenciarem. Depois, abre-se o cadastro para oficineiros que queiram credenciar projetos de oficinas.

Por exemplo, o senhor procura na época certa a se credenciar para desenvolver oficinas de combate ao preconceito com ex-presidiários. É possível construir algo nesse sentido, a Secretaria oferece como ferramenta esse programa e remunera por hora, dentro de um limite orçamentário. O programa segue uma legislação e tem prazos específicos de credenciamento.

Em junho abrirá um novo período para credenciado. Peço ao senhor que procure a Conpares, Coordenadoria de Empreendedorismo Social, e se informe a respeito desse programa, que talvez o senhor consiga contribuir com a sociedade em algum projeto de oficina; e a Prefeitura de São Paulo, através desse programa, possa lhe ceder um espaço.

Evidentemente que é necessário preencher alguns requisitos. Não são requisitos absurdos, são formais, com base no princípio da legalidade, para que não haja problemas em relação ao Tribunal de Contas e outros órgãos de fiscalização. Tudo bem, Sr. Renato? A coordenadoria chama-se Conpares, localizada na Líbero Badaró, nº 119, 3º andar.

A respeito da pergunta do Sr. Presidente sobre os Acessas, a realidade dos acessos, a formatação deles era diferente do programa de inclusão digital da Prefeitura. A maioria dos acessos foi transferida para a Prefeitura, porém, as unidades tiveram de ser remodeladas, porque a lógica de funcionamento dos Acessas era diferente do programa de inclusão social da cidade de São Paulo.

Eles foram transferidos por convênio do Governo do Estado para com a Prefeitura de São Paulo e a maioria das unidades, por problemas em relação a equipamentos, formatação, tiveram de ser planejados novamente.

Posso obter mais informações e enviar para o seu gabinete por escrito, para saber como que isso se deu, se há alguma unidade que não foi efetivada, porque no momento não disponho desse dado. Que eu sei que foram assumidas acho que 28 unidades de acesso.

Sobre a questão das unidades em funcionamento, como a maioria dos Telecentros em funcionamento, mantêm-se por convênio com organizações sociais. Uma entidade que esteja habilitada a receber um Telecentro procura a Secretaria de Participação e Parceria e se credencia, vai sair um novo edital agora de credenciamento, e oferece uma área disponível para que seja implantado o Telecentro.

Vai uma equipe de engenharia até o local para verificar se ele é adequado ao programa, se o espaço físico comporta a instalação. Às vezes, o pessoal cede uma garagem; muitas entidades querem, por exemplo, otimizar seus espaços físicos, então, elas cedem salas.

A equipe de engenharia verifica se o espaço é adequado, se o ambiente é propício a visita pública, porque o pessoal muitas vezes quer implantar Telecentros em áreas onde a população não tem acesso, tem dificuldade.

E essa entidade, uma vez conveniada, recebe uma verba de implantação de 15 mil reais, que consta do programa para adaptar o local, com suporte de engenharia, vai uma equipe de engenharia da Prefeitura, para adaptar o espaço dentro das características do Telecentro.

Depois, a Prefeitura, através da Secretaria, implanta redes de computadores e instala os equipamentos. São 20 equipamentos, denominados *Thin Clients*, e um servidor.

Em termos de logística, de funcionamento, instalamos um *link* social em parceria com a Telefônica para disponibilizar acesso a internet. Como eu disse anteriormente, esses acessos foram regulados porque muita gente só queria saber da internet. Os Telecentros oferecem hoje cursos de formação e várias outras possibilidades nos Telecentros, e há aproximadamente 1,8 milhão de pessoas cadastradas atualmente para uso dos Telecentros.

Uma vez que a entidade recebe a verba de implantação, dota um lugar, ela recebe uma verba de manutenção, que é o valor mensal de 1,8 mil reais para pagar contas de luz, água e para manter as instalações físicas em condições de funcionamento.

E com essa verba de manutenção, se o responsável pela organização social precisar de reparos na parte elétrica, hidráulica, nas instalações, ele se vale dessa verba mensal para dar manutenção à unidade.

A Prefeitura se responsabiliza integralmente pela manutenção dos *softwares*, *hardwares*, que são os computadores, e a população nem a instituição não pagam nada por isso. Qualquer chamado de manutenção é atendido em 24 horas. Então, a organização social só é responsável pela parte física do prédio, que geralmente é dela. Se deteriorou, se deu algum problema, com a própria verba de manutenção, ela tem de arrumar o ambiente. A parte de programas, os cursos oferecidos, ficam por conta da Prefeitura.

A ideia do programa é não criar aquela ideia de que tudo está às expensas da Prefeitura, mas de que a entidade tenha um comprometimento com a manutenção do programa e inclusive com a manutenção da unidade cedida por ela própria.

Agora os outros Telecentros diretos, que são 80 aproximadamente, estão instalados em sua maioria em prédios públicos: bibliotecas, CEUs, e as responsabilidades de manutenção da estrutura física são das unidades a que estão vinculados.

Se o senhor tiver alguma reclamação específica, gostaríamos de receber para avaliar a situação concreta, porque de fato a grande maioria das unidades tem recebido essa verba. Afirmando isso porque sou o responsável pela área administrativa e financeira.

E quando a entidade não corresponde, dificulta o acesso, porque existem casos de prédios em que o presidente da associação, de uma hora para outra, vai a Prefeitura e fala assim: “olha, não quero mais”. Foi feito um investimento lá, e ele vê que valorizou o imóvel dele, valorizou às vezes a associação que ele prefere ou surgiu o Telecentro fugiu ao controle talvez político dele ali, porque a comunidade está se apropriando: ela toma conta, participa, integra-se, traz reclamações.

Prestamos atendimento às reclamações que passam pela ouvidoria de mau funcionamento, por exemplo. São todas registradas. O próprio convênio de manutenção da rede de sistemas obriga a instituição que presta assistência aos Telecentros de registrar reclamações e de dar a resposta.

Então, é um programa que tem sido muito positivo, muito elogiado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – O senhor está tratando dos casos específicos que podem ocorrer. No contrato feito com a instituição que vai oferecer ou disponibilizar aquele espaço não prevê um tempo em que ele deveria dispor do espaço, das condições? Não existe isso no contrato, um termo de responsabilidade em caso de ruptura? Isso me parece indispensável.

O SR. MARCOS ANTÔNIO CHIOVETTI – Talvez tenha que ser revisto. Tudo tem de ser reavaliado à medida que o programa vai entrando em funcionamento, tem de passar por avaliações. O contrato anterior, quem gerencia a parte de funcionamento, de aplicação de cursos, que efetivamente mantém o Telecentro em funcionamento, é um contrato de

gerenciamento, mas ele envolve só essa parte de sistemas, de formação, de capacitação de pessoas para lidar com os Telecentros na comunidade, mas não prevê essa manutenção física, essas coisas, não há essa previsão.

Quando ocorre alguma situação pontual, por exemplo, algum Telecentro que foge ao controle do próprio Presidente da instituição, vamos imaginar que um prédio está ameaçado de ruir ou coisa do tipo, ele comunica à Secretaria; a Secretaria busca outras Secretarias, como a Siurb, se não há possibilidade de alguma manutenção, ou uma própria Subprefeitura que esteja próxima, de socorrer a unidade, porque, no nosso contrato, ele não prevê, não.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – OK.

O SR. MARCOS ANTONIO CHIOVETTI – E V.Exa. perguntou do Funcad também, que é o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e se os recursos têm sido suficientes para suprir os projetos.

Tem sim, Excelência, tem até uma sobra de recursos. Hoje o Funcad conta com aproximadamente 120 milhões de recursos em caixa. Os recursos são captados pelas instituições perante a iniciativa privada, mas não é porque a instituição foi lá e pegou e conseguiu a doação que ele já tem direito a pôr o projeto dele em prática. Esse projeto, uma vez que ele capta o recurso, o dinheiro entrou na conta do Funcad, esse dinheiro, ele recebe um comunicado de que esse recurso foi disponibilizado e ele tem de apresentar um projeto de acordo com as diretrizes baixadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Então, esse conselho é que define lá os parâmetros dos projetos que devam ser custeados pelo fundo.

Uma vez que esse projeto é habilitado pelo CMDCA, que é o Conselho, aí ele vem para a Secretaria para execução e, Excelência, é um fenômeno até: muitas instituições conseguem a captação, doação, mas não conseguem dar efetividade ao projeto, porque o projeto tem de se encaixar com as diretrizes ligadas à criança e ao adolescente. Há instituições, por exemplo, que credenciam projetos que não vão se reverter em benefício

efetivo para a criança e para o adolescente e acaba abrindo mão do recurso.

Outro fenômeno que acontece, fenômeno que foge ao alcance da própria Secretaria da Prefeitura: muitas instituições não mantêm sua documentação em ordem, não conseguem manter em dia suas certidões negativas, têm problemas com a Previdência, com a Caixa Econômica Federal e, por força de lei, não podemos conveniar, se essas instituições não estiverem devidamente em dia. Por isso que hoje existe uma sobra de recursos que, infelizmente, não se consegue dar efetividade aos projetos - não porque não queiramos.

No ano passado, celebramos 34 milhões em convênios; captamos para o exercício de 2012, em doações, 54 milhões. Desses 54 milhões que foram doados, das instituições que conseguiram a captação, a maioria não conseguiu dar efetividade ao projeto. Eles não conseguem, assim, produzir o projeto e se organizar internamente para poder pôr em prática o seu projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – OK, obrigado.

Antes de passar que a palavra para a Secretaria do Trabalho, queria dirigir mais uma questão à Assistente Social, Desenvolvimento Social. Desde 2009, a meta é a concessão de 120.904 benefícios do Programa de Renda Mínima. Não há interesse por parte da Secretaria de ampliar esse programa, tendo em vista que, nós que somos Vereadores e andamos na capilaridade, recebemos muito questionamento dessas pessoas não estarem ingressas no programa. Quero saber do senhor qual é a dificuldade, se há problema de cadastro, se encerrou o cadastramento, o que está havendo, porque as comunidades têm, recorrentemente, nos procurado em relação a isso e parece-me que desde 2009 a concessão parou em 120.904 benefícios.

Com relação à criação de vagas para a população de rua. Na proposta da LDO de 2012 há a implantação de 700 serviços para atendimento à população em situação de rua. Quantas vagas serão criadas com esses centros? Esse me parece um problema extremamente

grave na cidade de São Paulo.

Vou passar para a Secretaria do Trabalho, Sr. José Luis.

O SR. JOSÉ LUIS GAVINELLI – Boa tarde, Sr. Presidente.

Dos pontos que foram colocados, o primeiro foi com relação ao Programa Começar de Novo. Esse programa foi substituído já há algum tempo pelo Programa Operação Trabalho. Esse programa tem a meta 185, está no Plano de Metas, devemos estar concedendo benefício para cerca de oito mil pessoas. É importante dizer que mais de 50% desse programa é de pessoal acima de 40 anos.

Com relação à segunda questão sobre incentivo para a zona Leste. Na última sexta-feira o nosso Secretário Marcos Cintra compareceu a esta Casa onde fez uma longa explanação sobre esse programa.

Temos alguns pilares que movem esse programa de incentivo. O primeiro dele é em uma região grande onde será criado um parque tecnológico que já houve o início das obras.

O segundo é o início de um programa chamado Costurando o Futuro onde hoje temos três escolas instaladas nos CEUs e até o final do exercício deveremos implantar em mais quatro escolas. Serão sete escolas nessa linha que o Secretário falou de incentivar a costureira. Pretende-se levar a indústria têxtil para aquela região.

Um outro instrumento – que acreditamos atenderá a demanda que o Sr. Presidente se referiu – é que até o final de agosto, o Secretário se comprometeu, nessa audiência na Câmara, que será lançado o edital de incentivo às empresas que querem se instalar na zona Leste. As palavras do próprio Secretário foram de que de conhecimento dele não existe uma lei que conceda tantos incentivos como essa do Município de São Paulo.

Na verdade, até 60% do investimento realizado por esses interessados retornam como Certificado de Desenvolvimento para se abater do imposto. Ou seja, uma empresa que invista 100 milhões reais para construir uma nova indústria naquela região, até 60 milhões

retornará para ela como um Certificado de Desenvolvimento que ela poderá não só abater do imposto dela, como também poderá negociar com outras empresas, ou seja, isso irá virar um título. Entendemos que esse edital será um marco e deverá ser publicado em agosto.

Um outro pilar que está em discussão no Município é a arena de Itaquera. É um projeto que o Município tem interesse e que está em estudos. Com a instalação dessa arena deverá haver um grande envolvimento da população e um grande incentivo para toda a área.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – O senhor está falando do estádio do Corinthians, é isso?

O SR. JOSÉ LUIS GAVINELLI – Isso, estádio do Timão.

Um outro item que foi falado é sobre a PPP da saúde. Farei um resumo do que temos e me prontifico a, se for o caso, trazer o Diretor da SPP para esta Casa para mais informações.

A PPP da saúde foi uma solicitação da Secretaria da Saúde à Secretaria de Desenvolvimento Econômico onde houve um repasse de um recurso e através da SPP – que é uma empresa cujo Presidente é o nosso Secretário Marcos Cintra - contratou-se a FIPE para fazer um grande estudo para equacionar a questão da Saúde. A licitação que já dura seis meses e está em fase final de entrega dos trabalhos. Não tenho mais detalhes, mas, se necessário, prontifico-me a pedir para o Diretor da SPP vir a esta Casa.

A última questão colocada foi a dos CEPACs. Com a criação da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, parte do CEPAC que é, na verdade, a gestão financeira e o envolvimento com a CVM, foi passada para a Secretaria. No entanto, toda a operacionalização e o novo lançamento de CEPACs ainda estão a cargo da SMDU, que era da EMURB.

Recentemente, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho contratou uma consultoria Machado Meyer, para que assessore o pessoal da SMDU no lançamento, que ainda não tem data marcada.

Acho que é isso, Vereador. Se quiserem mais algum detalhe estou à disposição.

Só mais uma coisinha referente ao que o senhor Renato falou: foi-me alertado pela minha equipe técnica que a nossa Secretaria tem dois tipos de serviços que atende esse público. No nosso CAT Luz temos um atendimento que busca a inserção das pessoas no mercado de trabalho, são oferecidas palestras e outros serviços; também há o programa Operação Trabalho que concede um auxílio de 572 reais mensais – como foi falado pelo Secretário Medeiros – para os zeladores de praças. Nesse caso, é feita uma capacitação na área de jardinagem.

Portanto, a Secretaria atua em duas frentes, auxiliando as pessoas no retorno ao mercado de trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Passo a palavra ao Sr. Milton Roberto Persole, Chefe de Gabinete da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

O SR. MILTON ROBERTO PERSOLE – Perfeito, Presidente. Em tempo, estou aqui representando a nossa Secretária Vice-Prefeita Alda Marco Antônio, que se encontra em viagem de serviço.

Temos três questões, sendo duas colocadas pela Presidência, referentes aos ingressos nos programas de benefícios de renda mínima e às vagas e serviços de atendimento para moradores de rua.

A terceira questão do Sr. Juan tem relação com os reajustes dos convênios dos serviços prestados pelas ONGs; bem como com a prestação de serviços e prestação de contas junto ao COMAS.

Se o senhor me permite, responderei, primeiro, ao Sr. Juan. Devo contar com o apoio das duas coordenadoras de áreas.

Com relação às vagas para moradores de rua, estamos falando da meta nº. 33: “Implantar 14 centros de serviços de higiene pessoal de população de rua”. Teríamos de implantar 14, e a nossa meta atingida é de 11, representando 78,6% do valor da meta.

Hoje, uma reportagem do Jornal *Agora* menciona pesquisa feita em 11 entidades de centro de acolhida especial para moradores de rua, popularmente conhecidas como albergues. Dos 10 centros visitados, tivemos aprovação de todos; houve uma pequena ressalva com relação à capacidade de atendimento, ao número de vagas, e, por isso, eles colocam com ressalva, mas em todos os centros pesquisados que atendem à população de rua é unânime o que está sendo dito aqui: "...espaço grande, jardins, atendimentos, banheiros, ficam em quartos grandes, separados, o espaço é grande, limpo, organizado; são servidas refeições...".

Então, entendemos que a política para atendimento a moradores de rua, por mais complexa que seja, está no caminho certo. A Secretaria e o Sr. Prefeito estão no caminho certo com relação a isso.

Em relação às outras perguntas, peço a permissão de todos para passar a palavra às nossas duas Coordenadoras, para que possamos respondê-las melhor.

A SRA. ELIANA GARRAFA – Boa tarde. Meu nome é Eliana Garrafa, sou Assessora Técnica da Coordenação Geral de Assistência Social.

Gostaria de fazer algumas ponderações com relação ao que foi dito sobre a mudança do programa Ação Família para o Serviço de Atendimento à Família.

Esse é um serviço de acordo com a tipificação nacional da rede sócio-assistencial. Primeiro, quero elucidar a todos que essa política nacional de Assistência Social foi aprovada recentemente. Desde 2005, ela vem se consolidando nos Municípios. A tipificação nacional ocorreu em novembro de 2009, discriminando todos os serviços que a política de assistência social tem de desenvolver nos Municípios.

Sabendo-se que a cidade de São Paulo é de uma complexidade ímpar. Segundo o último senso do IBGE, a Cidade tem 11 milhões de habitantes, equivalendo a dois países: Paraguai e Uruguai.

Consolidar o Sistema Único de Assistência Social nesta Cidade será um processo,

não ocorrerá numa única administração. A nossa administração vem juntando esforços para implementar o SUAS. Tivemos de tirar todos os nossos centros de referência de assistência social que estavam vinculados às Subprefeituras, adequando-os à política nacional, que diz: “Centro de Referência de Assistência Social ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social, CRAS e CREAS, são unidades estatais autônomas”. Portanto, todos têm de ter prédios próprios. Essa situação faz com que tenhamos de alugar imóveis, fazer adaptações, etc.

Já estamos alcançando o número de 51 CRAS e 20 CREAS na cidade de São Paulo, sabendo-se que, para a política de assistência para este Município ainda é pouco. Mas essa administração já se comprometeu a adequar, colocar nos trilhos essa ordem.

Com relação ao Ação Família, que é um serviço de atendimento à família, para atender os territórios da periferia, onde a situação de atendimento é bastante forte, esse serviço está de acordo com a tipificação nacional. Por isso, agora, se chama Serviço de Atendimento à Família, SAF, conforme a Resolução 109.

Sobre o controle social do Programa do Bolsa Família, está sendo criada, atendendo a legislação, uma comissão ligada ao Conselho Municipal de Assistência Social. Essa comunicação tem a instância de fazer o controle social do Bolsa Família.

Até o mês que vem, o COMAS, o Conselho de Assistência dará uma resposta com relação ao controle social do programa Bolsa Família.

Ainda, com relação ao cadastramento de novos beneficiários nesse programa, São Paulo fez um acordo com Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social, para ampliar mais 130 mil beneficiários. A Cidade contratou uma empresa que pudesse fazer a parte de cadastramento especificamente, é uma situação bastante complexa e esta empresa cadastrou os 130 mil, mas isso entra num sistema que Brasília responde, e desses...

P – A senhora poderia dizer quando essa empresa foi contratada e há quanto tempo está prestando esse serviço.

R – O prazo terminou. Ela foi contratada no final de 2009 e o prazo acho que terminou no final de 2010. E agora Brasília fala que desses 130 mil novos inscritos só 70 ou 77 mil foram validados. E em 60 mil houve falta de consistência, então a gente tem uma questão dessa ordem, como o senhor fala, de problema de cadastro para atender. Mas até o final de junho estamos com procedimentos para cadastrar mais 60 mil novas famílias, está em licitação a empresa para cadastrar...

P – Para iniciar um novo cadastro. É isso?

R – De mais 60 mil novos cadastros.

A SRA. RUTE CANDIDO LIMA – Boa tarde, meu nome é Rute, sou Assessora Financeira da Secretaria e com relação ao orçamento – que o Sr. Ruan colocou – a Secretaria presta contas do orçamento e da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência ao Conselho Municipal de Assistência Social. Coincidentemente acabamos de prestar contas, na última quinta-feira, para a Comissão de Orçamento e Finanças do Conselho Municipal dos recursos recebidos do Governo Federal, Governo Estadual e os recursos que o Governo Municipal aplicou no Fundo Municipal.

Então essa prestação de contas é feita ao Conselho Municipal, que estará deliberando a respeito dessa prestação de contas na próxima quinta-feira, em uma reunião plenária aberta à participação da população. Se o Sr. Ruan tiver interesse e quiser participar, o orçamento de 2010 vai estar sendo apresentado detalhadamente nesse reunião do Conselho Municipal.

O SR. _____ - Com relação a outras informações, no site da Prefeitura, Sr. Ruan, o senhor pode acessar “de olho nas contas” e ter todas as informações que necessitar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. _____ - O reajuste dos convênios – é verdade, faltou essa questão – não diz respeito especificamente à Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento

Social. O reajuste dos convênios está sendo direcionado e já foi direcionado à Secretaria do Governo Municipal, à Secretaria de Finanças e à Secretaria de Planejamento. Essas três secretárias é que estão responsáveis pela elaboração de um parecer com relação ao percentual de aumento para os convênios, então não está restrito a nossa Secretaria, por isso estou impossibilitado de responder, a Secretaria não tem essa informação. Esse reajuste está circunscrito àquelas três Secretarias.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Antes de passar a palavra ao Sr. Fernando, quero requerer que pudesse ser encaminhado a essa comissão um relatório de prestação de contas. É possível?

R – Sim, é perfeitamente possível. Ao senhor? À Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Pode ser aos cuidados do Presidente Antonio Carlos Rodrigues.

R – OK, será encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Passo a palavra ao Sr. Antonio de Barros ou a quem ele determinar. (Pausa) Por favor, Mario Sasaki.

R – Em tempo, Presidente. Se o senhor me permite, temos a apresentação aqui, eu já entrego então, neste momento, uma cópia. Entregue o solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Agradeço, obrigado. Tem a palavra Mario Sasaki.

O SR. MARIO SASAKI – Respondendo à pergunta de V.Exa. no que se refere ao contrato de concessão, serviço divisível de limpeza urbana, com a contratação da FIPE, estamos em fase final da revisão quinquenal que venceu em 2009. Mas foi feita a contratação e já esta no final. Creio até o final deste mês estará assinado o contrato considerando todos os planos de negócios, desde o marco zero até... São 20 anos de contrato. Aquelas considerações, a pergunta que V.Exa. fez também está sendo considerada nesse equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Há possibilidade de revisão do

deslizamento?

O SR. MARIO SASAKI – De cinco em cinco anos. Aquilo que foi postergado no TCA, em 2007, estão sendo retomados alguns investimentos, inclusive o projeto Cidade Limpa e a coleta aos domingos. Esse trabalho Fipe deve concluir ainda este mês.

No que se refere ao contrato da Amlurb, Amlurb e fundo são a mesma coisa. O senhor falou da ordem de 50 milhões, mas esse fundo é depositado e controlado pela Secretaria de Finanças por força da lei, até ativação da Amlurb. Até a ativação porque a Amlurb existe, foi criada por lei, regulamentada por decreto, consta do nosso Orçamento desde o ano passado, constará em 2012 mesmo porque consta da LDO. Os recursos, embora não esteja sob o nosso controle, acompanhando pelo balanço e balancete da Secretaria de Finanças, creio esteja na ordem de 130 milhões e não no patamar de 47, 50 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) - Atualizado ou não?

O SR. MARIO SASAKI – Não diria atualizado porque é simples: o ônus da concessão é de 5% sobre as tarifas. Arredondando a tarifa de 50 milhões ao mês, 2,5 milhões por mês. E isso reverte para o fundo da Amlurb. Começou em 13 de outubro de 2004. Temos 2005 a 2010, este, o próximo é o sétimo ano.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) - O senhor saberia nos esclarecer, visto que foi criado em lei e regulamentado, por que não se instalou ainda?

O SR. MARIO SASAKI – Não sei, não está em nosso nível. É Executivo porque está aprovado por lei, vamos esperar a ordem do Executivo, consta do Orçamento. Na verdade, na medida que o senhor vai implantando, evidentemente, não será de imediato. Na medida em que vai passando as atividades do Departamento Limpurb, essas atividades são absorvidas pela Amlurb. Evidentemente, fechando aos poucos Limpurb e abrindo Amlurb. A lei e o decreto levarão a isso. Quando fala em contrata de gerenciamento, evidentemente, quando a implantação da Amlurb, isso vai extinguir ou será aproveitada a contratação pela Amlurb.

No que se refere à iluminação pública, temos edital já publicado, está sob a

liberação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Assim que for liberado serão contratados tanto para manutenção, ampliação, e esses quatro mil pontos anuais, não sei se o senhor estava falando da ampliação... Isso será retomado e implantado de imediato.

Hoje temos um contrato de manutenção de emergência. Quanto a ampliação e a eficiência da iluminação pública, está previsto nesse edital, referente à grande economia de energia, no que se refere aos 550 mil pontos de iluminação pública da cidade de São Paulo. Estamos imaginando uma economia em torno de 8% na conta de luz.

Falou também do custo e não é difícil porque consta da tarifa porque pagamos as duas concessionárias. Não posso precisar agora, mas posso passar os dados depois, no plano de negócios tem uma ponderação com índice nesse ponto dos resíduos sólidos do setor Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Quanto à greve no Serviço Funerário, como está a situação?

O SR. MARIO SASAKI – Serviço Funerário é uma autarquia, pontualmente seria essa reforma no que seria o muro de arrimo...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Sabemos que existe um problema com os funcionários, reajuste dos servidores e que o pessoal está em estado de greve. O senhor está sabendo disso?

O SR. MARIO SASAKI – Fiquei sabendo que juridicamente isso não está sendo contemplado. É isso que eu posso dizer.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Está sendo atendido ou resolvido?

O SR. MARIO SASAKI – Isso eu não sei. Posso responder depois.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – O Serviço Funerário não está subordinado à Secretaria de Serviços?

O SR. MARIO SASAKI – É uma autarquia subordinada à Secretaria de Serviços.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – O senhor não dispõe desse dado

aqui?

O SR. MARIO SASAKI – É... Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – O senhor poderia nos encaminhar?

O SR. MARIO SASAKI – Encaminharemos a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – A última pergunta: quais os cemitérios que serão reformados em 2012? Tem muita reclamação de cemitérios.

O SR. MARIO SASAKI – É verdade, acessibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Destruição, má conservação, roubo, são de toda natureza.

O SR. MARIO SASAKI – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Então?

O SR. MARIO SASAKI – Passaremos a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Mas o senhor sabe quantos serão reformados, qual a meta para 2012?

O SR. MARIO SASAKI – Bom, já consta. São 22 cemitérios previstos para serem reformados, muitos já estão sendo providenciados. No tocante aos recursos, creio que não há problema porque temos superávit financeiro de exercícios anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Senhores, são 15h06. Estamos no horário da próxima audiência pública. Antes de encerrar, agradeço a presença de todos: Fernando Antonio de Barros, Milton Roberto Persoli, Deputado e Secretário Luís Antonio Medeiros Neto, José Gavinelli; Marcos Antonio; e às assessorias que prestaram apoio. Também agradeço a participação dos presentes.

Muito obrigado.

Está encerrada a audiência pública.